



Sementes Crioulas: Uma análise da autonomia alimentar e resistência do povo indígena Jeripankó

Creole Seeds: An analysis of the food autonomy and resistance of the Jeripankó indigenous people

Dénison Alcântara de Oliveira¹; Érica Franciele da Silva Lima²

Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus Sertão; graduado em licenciatura em Geografia; Pariconha, Alagoas, Brasil, e-mail: denison_o@hotmail.com¹

²Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus Sertão; graduanda em licenciatura em Geografia; Pariconha, Alagoas, Brasil, e-mail: ericafranciele.01@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem o objetivo, conceitual e metodológico o entendimento sobre as sementes crioulas e a importância do banco de sementes, na preservação desse importante componente que contribui na valorização da vida e cultura, através da influência da agrobiodiversidade para os povos indígenas. A pesquisa adentra principalmente em sua análise, a partir da aldeia indígena Jeripankó, localizado na cidade de Pariconha, Alto Sertão de Alagoas, tendo como intento principal analisar o processo que acontece em torno das adversidades decorrentes na desvalorização e falta de incentivos aos agricultores e agricultoras, que buscam preservar e armazenar as sementes crioulas, na tentativa de resguardar suas histórias. Dessa forma, os interesses dos mercados econômicos desfavorecem com a contribuição desses trabalhadores e também ainda, a narrativa do Estado, que não oferta recursos e incentivos a esses povos, que em relações contribuem diretamente com as empresas com o aumento dos impactos a partir da introdução do ramo agroquímico e das sementes transgênicas. Assim, consideravelmente a esses fatores, é necessário o entendimento pela importância dos bancos de sementes, pois é no o banco, que conseguem garantir a preservação desses vegetais de cultura camponesa. O trabalho tem o objetivo, metodológico bibliográfico, que nos remete a importância, os desafios e a garantia dos bancos, na contribuição das sementes crioulas para o campo. Desse modo, analisar o povo Jeripankó, confronta a preposição desde a cultura, resistência contra a opressão do capitalismo das empresas e a valorização do banco de sementes para o território.

Palavras-chave: Bancos Comunitários de Sementes; Preservação; Território.

Abstract

The present article aims, conceptually and methodologically, to understand creole seeds and the importance of the seed bank, in the preservation of this important component that contributes to the



valorization of life and culture, through the influence of agrobiodiversity for indigenous peoples. The research mainly enters into its analysis, from the indigenous village Jeripankó, located in the city of Pariconha, Alto Sertão de Alagoas, having as main objective to analyze the process that happens around the adversities arising in the devaluation and lack of incentives to farmers and farmers, who seek to preserve and store creole seeds, in an attempt to safeguard their stories. Thus, the interests of economic markets are disfavored with the contribution of these workers and also the narrative of the State, which does not offer resources and incentives to these peoples, which in relationships directly contribute to companies with the increase of impacts from the introduction of the agrochemical branch and transgenic seeds. Thus, considerably to these factors, it is necessary to understand the importance of seed banks, because it is in the bank, which can guarantee the preservation of these peasant-growing vegetables. The objective of the work is, which reminds us of the importance, challenges and guarantee of banks in the contribution of Creole seeds to the field. Thus, analyzing the Jeripaankó people confronts the preposition from culture, resistance against the oppression of corporate capitalism and the valorization of the seed bank for the territory.

Keywords: Community Seed Banks; Preservation; Territory

Introdução

O presente artigo nos remete a um entendimento em torno dos processos no campo, entre a luta e a resistência, considerando em principal circunstância a garantia da qualidade de vida, acerca do cultivo e preservação das sementes crioulas. Desse modo, propõe analisar em específico o banco de sementes da comunidade indígena do povo Jeripankó, entre suas dificuldades e desafios encontrados, a partir do processo da modernidade, imposta pelo domínio do capitalismo, em torno das empresas detentoras do poder econômico e pela narrativa do Estado que desconsidera a valorização cultural, os meios de cultivo saudável e até mesmo a condição humana.

Dessa forma, pressupõe a um debate entre a importância das sementes crioulas, na valorização e reprodução da vida nas comunidades tradicionais. Contudo, expõe o enfrentamento e a resistência, imposta pela desvalorização e falta de incentivos do Estado. É também, um enfrentamento contra as empresas do poder econômico, que possuem de principal interesse, a apropriação do lucro, desvalorizando qualquer condição de segurança alimentar, fato visto principalmente, com o crescimento de fatores técnicos, que introduz as adversidades químicas para o território. Desse modo, remete a uma observação entre as possibilidades e incertezas da manutenção das sementes, que são de grande importância para a valorização da cultura no campo e a segurança alimentar na vida das pessoas.

Mediante, as agressões vistas no território, e a pouca influência de recursos e incentivos do Estado, torna-se necessário o debate de valorização do Banco Comunitário de Sementes (BCS), onde são um espaço ativo na comunidade, que garante a agricultores e as agricultoras a seleção



e armazenamento das sementes para seu plantio, garantindo assim, segurança no cultivo e a preservação. Nos bancos, ocorrem também, discussões sobre diversos assuntos, que buscam formas de compreender, sobre a garantia da manutenção e de convivência com as dificuldades presentes no semiárido. A partir disso entende-se a importância da garantia desse local, pois é o principal meio utilizado por muitas comunidades indígenas para conseguir preservar e manter seus cultivos, resguardando a qualidade de vida e segurança na alimentação a partir das sementes crioulas.

Metodologia

Assim, o estudo concentra no processo do banco presente no povoado Ouricuri, pertencente ao município de Pariconha, Alto Sertão de Alagoas. (Figura 1).

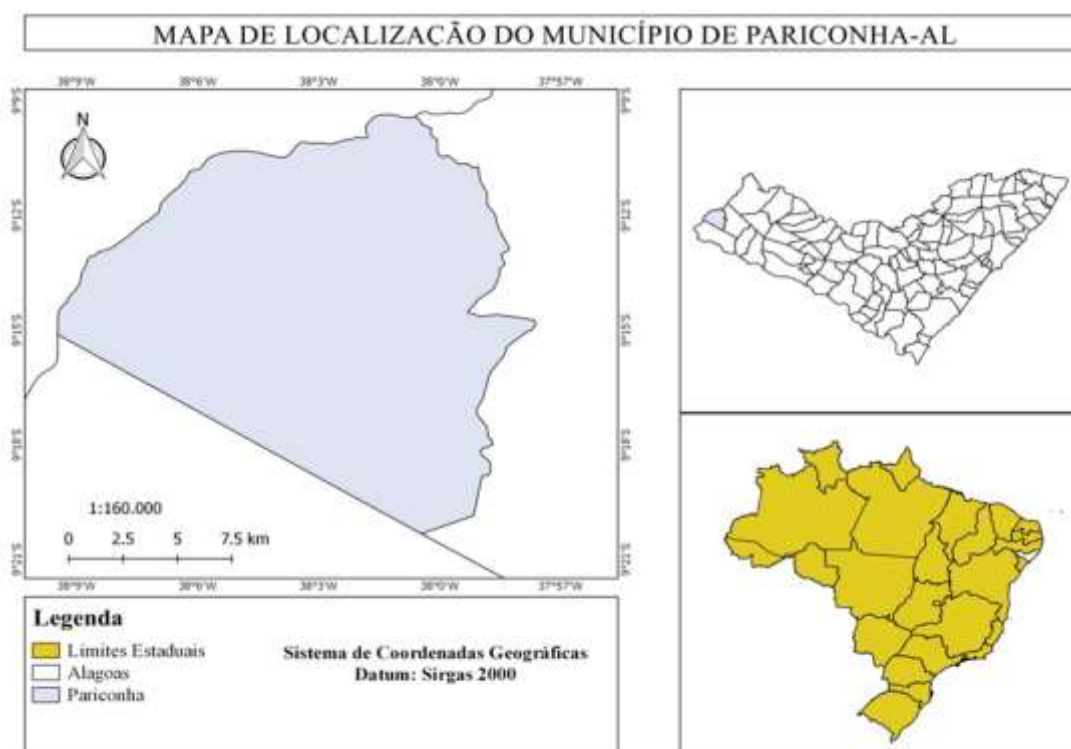


FIGURA 1. Mapa de localização do município de Pariconha-AL . Fonte: ZAAL (2013).
Organização: Dénison Alcântara (2020).

A metodologia utilizada para a execução deste trabalho seguiu a conduta de realizar uma revisão bibliográfica das temáticas envolvidas no artigo, a saber: sobre sementes transgênicas, o semiárido de Alagoas, as políticas públicas em relação as sementes do governo do estado de Alagoas, as sementes crioulas e as formas de preservação destas sementes, dentre elas os



Bancos Comunitários de Sementes, como bases essenciais para o entender o contexto em que se espacializam as questões sobre sementes crioulas no semiárido alagoano. Este estudo também centrou-se nas observações e registros coletados na visita de campo realizada na aldeia indígena Jeripankó, localizada em Pariconha, município do Alto Sertão de Alagoas.

Desenvolvimento

Semente crioula: autonomia e soberania alimentar

As sementes crioulas são sementes que não sofreram modificações genéticas através de técnicas laboratoriais, como o melhoramento genético. Estas sementes são chamadas de sementes crioulas porque na maioria das vezes o seu manejo foi desenvolvido por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, etc., para além disso, essas sementes vão além de ser apenas sementes em forma de grãos, elas são tudo aquilo que o agricultor produz para a sua reprodução, como apresenta TRINDADE (2006), as sementes são um conjunto de gêneros agrícolas como tubérculos, batata, entre outros. Além de ser um alimento, ela representa a cultura de cada comunidade, tendo em vista que a expressividade cultural e o modo de vida de um povo pode surgir por meio da alimentação. Como afirma, LIMA; SANTOS,

Os camponeses estabeleceram uma relação com a terra, mediada pelas sementes crioulas, que são transmitidas de geração em geração. As sementes crioulas, também chamadas de sementes da resistência, são cultivadas e trocadas pelas/entre as famílias camponesas, há séculos, e representam a garantia da agrobiodiversidade e fonte de produção de diversos gêneros agrícolas que integram o hábito alimentar do sertanejo: como o milho, o feijão e a mandioca. (LIMA; SANTOS, 2018, p. 196).

Atualmente, a agricultura familiar exerce um papel fundamental, pois ela tem a capacidade de preservar e resgatar as sementes crioulas, entretanto, é uma via de mão dupla, pois as comunidades tradicionais também dependem das sementes para sobreviver, haja vista que sem elas, as comunidades perdem a sua autonomia alimentar, diante disto, vai aumentando a sua dependência aos sistemas agrícolas capitalistas, de tal forma que aumenta-se a miséria nas comunidades. Dito isso, é perceptível a importância da semente crioula para a segurança e soberania alimentar de uma comunidade tradicional e incentivo para o manejo agroecológico.

Vale ressaltar que devido a sua alta variabilidade genética, as sementes crioulas se adaptam as condições naturais específicas das regiões onde são cultivadas, inclusive locais onde possui climas secos e instáveis e solos poucos férteis, ademais, elas são capazes de garantir a produção em ambientes com pouca ou nenhuma utilização de fertilizantes solúveis e agrotóxicos Londres (2014), ou seja, é uma semente que é apropriada para aplicação em uma agricultura orgânica e sustentável, sem agressão ao meio ambiente.

Apesar da grande importância das sementes para os que dependem da agricultura, com a intensificação das pesquisas no melhoramento genético do vegetal passou-se a valorizar mais



as sementes resultantes desses trabalhos do que as variedades desenvolvidas ao longo dos anos pelos povos indígenas e comunidades agrícolas. Esse processo tornou-se mais acentuado devido a mundialização do capital e a sua expansão no campo através do agronegócio e das multinacionais. Posto isto, “compreende-se que a mundialização do capital é um fenômeno decorrente da internacionalização do capitalismo, que articulou em escala global as cadeias de produção, distribuição e circulação em um patamar desprovido de paralelo histórico” (LIMA, 2018, p. 2). Por conseguinte, essas corporações monopólicas estão se apropriando do campo através da territorialização do capital (onde há a aquisição da terra) e da monopolização do território (onde o capital sem se apropriar da terra, tenta comandar seu uso).

Oliveira ressalta que,

no processo de mundialização e do neoliberalismo, a agricultura que antes baseava-se na produção dos camponeses sustentada por fortes subsídios agrícolas, na revolução verde, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais, e tinha na FAO seu órgão mundial, passou a conhecer um profundo processo de mudança. Primeiro, foi a pregação neoliberal contra os subsídios, e conseqüentemente, contra a agricultura de base familiar camponesa. Segundo, o fim dos estoques governamentais e a substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar, sacada da área da saúde pública e alçada para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Terceiro, a substituição dos estoques governamentais pelos estoques das multinacionais e o mercado como único regulador. Quarto, a criação da Organização Mundial do Comércio - OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais (OLIVEIRA, 2012, p. 6).

Os agricultores tradicionais estão sendo pressionados por esse sistema capitalista, pois não há muitos subsídios do governo para apoiar as produções de sementes crioulas. Em contra partida, um intenso esquema político passou a desvalorizar as variedades de sementes da região, sendo que foram criadas políticas públicas “para promover a substituição das sementes locais pelas melhoradas, chegando a interditar o uso das sementes crioulas – como foi o caso dos programas de crédito rural que exigiam a comprovação da utilização de sementes comerciais. (LONDRES, 2014, p. 05).

Existe também políticas governamentais que distribuem sementes geneticamente modificadas entre famílias de agricultores, isso incentiva-os a cultivarem essas sementes modificadas, podendo provocar uma erosão genética e perda das sementes crioulas. Segundo Londres (2014) essas multinacionais e seus modelos químicos e transgênicos estão reduzindo a base da alimentação de um povo e destruindo a biodiversidade do mundo. Vale ressaltar que as sementes geneticamente modificadas, em especial as sementes transgênicas¹, podem causar um desequilíbrio na saúde do meio ambiente e nos seres humanos, além disso, o agricultor que planta a semente transgênica fica dependente das empresas donas da patente das sementes e tem que pagar royalties² a cada quilo produzido. Diante disto, os agricultores podem ficar

¹ Sementes transgênicas são aquelas sementes que sofreram modificações em seu código genético. São sementes criadas a partir da inserção de partes de animais ou outras plantas nas sementes naturais.

² Taxa, comissão.



dependentes dessas empresas, quiçá endividados através das compras de sementes transgênicas e produtos agroquímicos.

Outro problema grave provocado pela semente transgênica é a contaminação de lavouras de sementes crioulas por lavouras de sementes transgênicas – a contaminação pode ocorrer através do vento, insetos, pássaros, águas da chuva que podem espalhar o pólen da planta e atingir a outra a quilômetros de distância -, e quando uma terra é contaminada com sementes transgênicas toda a produção é prejudicada, havendo a possibilidade de ocorrer a perda de grandes diversidades de sementes crioulas, fato que tem acontecido em muitas comunidades que plantavam sementes crioulas próximas as plantações de sementes transgênicas. Desta feita,

as sementes transgênicas tendem a tornar as famílias camponesas vulneráveis às ingerências do capital monopólico internacional (que seguramente lhes usurpará a autonomia de cultivo e a prática cultural de transmissão de sementes entre os membros das comunidades), bem como, vinculará a reprodução da sociedade às injunções do mercado (LIMA e SANTOS, 2018, p.11).

Em síntese, as megaempresas agroquímicas, estão buscando expandir seus domínios através da monopolização e territorialização do capital no território dos povos tradicionais, levando para o campo os produtos químicos, inclusive as sementes transgênicas. A vista disso, essas empresas podem impedir a produção das sementes crioulas, o que significa a perda de valiosos conhecimentos culturais relacionados a agrobiodiversidade de um povo, conseqüentemente, põe em risco a soberania e segurança alimentar ao retirar a autonomia do cultivo das sementes, logo, sem a soberania e segurança alimentar não tem como garantir a reprodução social de um povo.

A experiência do banco comunitário de sementes na aldeia indígena jeripankó

O Banco Comunitário de Sementes (BCS) é um espaço comunitário onde agricultores e agricultoras selecionam, armazenam e preservam as sementes locais para seu plantio. Nesses locais também são discutidos outros assuntos importantes para as comunidades, através de reuniões periódicas entre a população que buscam formas de conviver com o semiárido, sendo um dos principais pontos de discussões a questão das sementes. Ou seja,

Os BCS's funcionam como centros coletivos de reservas de sementes crioulas, que asseguram a proteção de variedades de diferentes espécies, amplamente conhecidas do savoir-faire camponês. Ademais de assegurar a autonomia camponesa e a segurança alimentar, são igualmente relevantes na salvaguarda de múltiplas sementes, que integram a agrobiodiversidade do Semiárido. (LIMA; SANTOS, 2018, p. 205)

O banco de sementes é uma das principais alternativas encontradas por muitas comunidades indígenas para conseguir preservar e resguardar suas sementes crioulas, ou seja, garantir que essas sementes que existem no território sejam passadas para as próximas gerações, passadas de pai para filho um ano após o outro, assim, preservado o patrimônio advindo da produção



agrícola local, ademais, superar a falta de sementes na época adequada para o plantio. Nesse contexto situamos o povo Jeripankó, os quais possuem o bando de sementes em seu território. Desse modo, faz-se necessário compreendermos um pouco o processo de formação territorial dos índios Jeripankós e a importância do banco de sementes para esse povo.

O povo Jeripankó formou-se a partir da migração de alguns indígenas da Aldeia Pankararu, os quais habitavam na aldeia Brejo do Padres no município de Tacaratu – PE. Estes indígenas migraram após o decreto da Lei de Terras (1850)³ que representou o fim dos aldeamentos, isso tornou as terras indígenas vulneráveis de tal forma que fragmentou os aldeamentos da região pernambucana, conseqüentemente desencadeou uma série de conflitos territoriais entre índios e posseiros locais. Foi nesse contexto histórico que em meados de 1850 que o índio pankararu José Monteiro do Nascimento, popularmente conhecido como Zé Carapina, e sua esposa Izabel migraram em busca de novas terras, logo encontraram um território no semiárido alagoano e se estabilizaram, dando início ao surgimento da aldeia Jeripankó.

Logo após a territorialização, o povo Jeripankó passou por um período de “silenciamento”, essa fase foi resultado de ataques realizados por fazendeiros, posseiros e pelo próprio Estado, essa opressão estendeu por aproximadamente um século. No entanto, mesmo vivenciando esse período obscuro, os Jeripankós não deixaram de praticar os seus rituais, não deixaram suas essências culturais morrerem. Por conseguinte, veio à busca pelo reconhecimento étnico perante o Estado, o qual foi obtido em 1980 em um processo que contou com o apoio de outros povos indígenas de Alagoas, entre eles o povo Kariri- Xocó, Xucuru-Kariri e Wassu-Cocal, além da participação de outros órgãos, dentre eles o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Atualmente, o território Jeripankó possui uma área de 1.215 hectares, dos quais 215 ha estão em posse da comunidade, enquanto a outra parcela encontra-se em processo de demarcação. Além disso, encontra-se organizado em seis núcleos, são eles: Araticum, Figueiredo, Ouricuri, Poço da Areia, Serra do Engenho e Tabuleiro, tais núcleos possuem a mesma estrutura organizacional, estando sob as ordens do mesmo cacique, pajé e conselhos (tribal, educação e saúde).

Desde sua formação, o povo Jeripankó tinham as sementes como forma de resistência, conforme relatos dos indígenas mais velhos da aldeia, “os parentes Pankararú traziam sementes para o território Jeripankó como estratégia de resistência, sendo o plantio dessas sementes um elemento essencial para a sobrevivência do povo” (LIMA; SANTOS, 2019. p. 2932). Essas sementes trazidas pelos indígenas Pankararus foram plantadas e guardadas pelos parentes Jeripankós, contudo, essa prática se mantém vida atualmente, por meio da atividade comunitária de trocas e preservação de sementes crioulas (Figura 2) através do Banco Comunitário de Sementes (Figura 3).

³ A Lei de Terras foi uma lei sancionada por D. Pedro II, em 1850. A lei determinava parâmetros e normas sobre a posse de terras, bem como a sua manutenção, uso e comercialização, visava transformar uma terra em propriedade privada.



FIGURA 2. Sementes Crioulas. Fonte: Erica Lima, 2019.



FIGURA 3. Banco Comunitário de Sementes Fonte: Erica Lima, 2019.



A aquisição do banco de sementes dos Jeripankó deu-se através das ações da Articulação do Semiárido de Alagoas (ASA), esta que organiza “uma rede de BCS’s no Nordeste, através do Programa Sementes do Semiárido, onde tem existido uma rica troca de experiências, como também o planejamento de uma bandeira comum de resistência ao avanço dos transgênicos sobre os cultivos de sementes crioulas” (LIMA e SANTOS, 2019, p. 204). A ASA se constituiu como uma frente de organizações sob orientações de políticas de convivência com a seca, especificamente, a ASA se articula com organizações representativas dos povos tradicionais e camponeses.

O banco de sementes dos Jeripankós é articulado pela entidade Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas de Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS), uma organização que se destaca na luta em defesa das sementes crioulas. A aquisição desse banco de sementes foi um desafio para o povo Jeripankó, tendo em vista que as políticas públicas do estado de Alagoas não incentivam o uso e preservação das sementes crioulas. Vale salientar que o governo de Alagoas disponibilizou um valor bem inferior para a COPPABACS.

Tendo em vista que há um desafio na aldeia, pois inicia-se o uso de sementes híbridas e transgênicas na região, além do fato de o governo incentivar o uso dessas sementes, doando-as para a comunidade. Isso faz com que a autonomia da agricultura da aldeia entre em risco, sem pensarmos que não é uma produção segura, já que se um vizinho plantar essas sementes geneticamente modificadas poderá contaminar as sementes crioulas, desta forma eliminando as sementes da resistência locais, sendo que no decorrer dos anos já houve a perda de muitas variedades de sementes crioulas do Jeripankós.

O Banco Comunitário de Sementes Jeripankó é um espaço que se apresenta como um local de discussão política e cultural, além das discussões sobre sementes crioulas, no qual estão associadas em torno de 20 pessoas que tem o objetivo de preservar as sementes locais, associados se reúnem regularmente, além de participar de reuniões junto a COPPABACS em sua sede localizada no município de Delmiro Gouveia. Também ocorre a troca de sementes crioulas entre bancos de sementes de outras localidades, isso é um fator importantes, pois com essas ações aumentam-se as variedades de sementes no território. O banco ainda contém poucos associados, no entanto, o objetivo é aumentar o número de pessoas para somar-se a luta de preservação do patrimônio cultural que é as sementes crioulas.

Pois as sementes fazem “parte do patrimônio cultural da aldeia, de modo que são essenciais para a mediação da relação do índio com a terra e uma forma de conseguir a sua autonomia e soberania alimentar”. (LIMA; SANTOS, 2019, p. 2933). Salvar as sementes crioulas é uma forma de garantir a sobrevivência do povo, é uma forma de resistir aos sistemas opressores, não dependendo das empresas agroquímicas para a sua alimentação.



Conclusões

No presente artigo foi discutida, a ideia sobre a importância e preservação das sementes crioulas e do banco de sementes, presente no território do povoado Ouricuri, da cidade de Pariconha, localizado no Alto Sertão Alagoano. Com base na manutenção que estão inseridas, que representa o sustento do cultivo e a segurança alimentar dos indígenas Jeripankós. Assim, foi entendido, que a semente garante a reprodução da vida e garante a alimentação saudável, que em contrapartida distorce a narrativa do Estado e das empresas que impõe a lógica do capitalismo, viabilizando o lucro e desconsiderando a valorização e a condição humana. Desse modo, é importante entender, o povoado Ouricuri em Pariconha, que se trata da noção do território que resiste ao processo da modernização, que contribuem através de seus agricultores e agricultoras na preservação e armazenamento das sementes crioulas, que favorece as formas de cultivo sustentável, seguras e saudáveis.

A pesquisa tem considerações importantes, tendo o objetivo principal à discussão e análise de todo processo que ocorre no campo, que se equipara a desigualdade e a resistência presente nos territórios. Assim, o recorte entre a cidade apresentada, demonstra uma desfavorável realidade econômica e social que está presente em todo território nacional, em suas mais diferentes particularidades, onde a reprodução do capital passa a ser o intento principal das empresas, impondo à aquisição de produtos químicos e sementes transgênicas, que agravam o perigo a saúde humana. Entretanto, outros lugares, menos favorecidos de recursos e incentivos, resistem e se mantêm a partir dos bancos de sementes a valorização da cultura e da vida.

Por fim, é oportuno e necessário, entender e discutir os processos da organização que acontece no campo para assim, analisar e compreender os fatores que adentram em cada território, desde os interesses e as desvalorizações, dessa forma, é preciso discutir a dinâmica e as relações, e como elas se apresentam no atual período da modernidade.

Referências

LIMA, E.F.S.; SANTOS, F.. *A resistência do território indígena frente o avanço do capital: um olhar para a comunidade Jeripankó*. In: IX simpósio internacional X simpósio nacional de geografia agrária, 2019, Recife. Anais, Recife, Universidade Federal de Pernambuco/Campus Recife, 2019, 2915-2932.

LIMA, L.G. *Capital mundializado e a geopolítica dos alimentos: uma análise das contradições da oferta de sementes*. In: *Encontro Nacional de Geógrafos – pensar e fazer a geografia no século XXI*, 19, João Pessoa. Anais. João Pessoa: Universidade Federal de Paraíba, 2018.



LIMA, L.G.; SANTOS, F. *No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas*. Revista NERA, ano 21, n. 41, p. 192-217, jan.-mar. 2018.

LONDRES, F. Sementes da diversidade: a identidade e o futuro da agricultura familiar. Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 4-8, abril de 2014.

TRINDADE, C.C. *Sementes crioulas e transgênicos. Uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais*. In: *Congresso Nacional do Conpedi, 15*, 2006, Manaus. Anais... Manaus: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2006. p.15-18.

ZAAL, *Zoneamento Agroecológico de Alagoas* [2013]. Disponível em: www.ima.al.gov.br/servicos/downloads/downloads-de-dados-vetoriais/ <Acesso em> Agosto, 2020.